Globethics Repository



Universidade, uma usina de força intelectual [University, a powerhouse of intellectual force]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Alonso, Paulo
Publisher	Espaço Ética Ltda.
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-05 05:13:30
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/233915

REVISTA
espaçoética
EDUCAÇÃO, GESTÃO E CONSUMO

SÃO PAULO, ANO I, N. 01, JAN./ABR. DE 2014

ISSN 2358-0224

Podemos falar de ética nas práticas de consumo?

Universidade, uma usina de força intelectual

Paulo Alonso[1]



O artigo propõe uma reflexão sobre as atuais estruturas universitárias de ensino diante das revoluções tecnológicas que presenciamos no início do século XXI. O autor defende a tese de que a educação superior deve renunciar aos modelos tradicionais e se lançar integralmente no campo da tecnologia para retomar seu papel de referência social e antecipar, criticamente, os potenciais benefícios e malefícios que podem ser produzidos pelas novas tecnologias.

O aproveitamento das novas tecnologias, a utilização de procedimentos modernos e o uso de técnicas não convencionais de participação fazem com que a universidade seja uma poderosa alavanca na transformação, uma verdadeira força intelectual no estabelecimento de novos paradigmas para a sociedade. É necessário, todavia, que uma nova cultura seja criada para que se possa efetivamente construir uma nova universidade. Não mais com salas de aulas tradicionais, nas quais os alunos precisam sentar-se e aguardar (passivamente) toda e qualquer explicação do mestre. Sabemos que o aprendizado não se constitui em apenas ouvir. Faz-se mister pensar

1 Doutor em Filosofia da Educação e mestre em Comunicação, Administração e Educação. Diretor-geral do Centro Universitário de Brasília, foi reitor da Universidade da Cidade e do Grupo Educacional Anglo-Americano. É avaliador Institucional e de Cursos do Inep/MEC.

e refletir não só sobre o que se ouve, mas sobre o que se lê, se discute, se observa, se pesquisa. É imprescindível que o conceito de aprender encontre seu verdadeiro sentido e/ou significado. Assim, torna-se fundamental aprender a aprender, abandonar a cultura de apenas receber aprendizado e adquirir a nova e exigente postura da construção desse aprendizado. De construir, em consequência, o saber. Sabemos que a sala de aula nem sempre é o melhor cenário para tal exercício. Barreiras precisam ser rompidas, além da mudança de conceitos jurássicos.

Palestras, simpósios, exposições, videoconferências e visitas técnicas podem produzir maior número de oportunidades de saber do que uma sequência modular de aulas (algumas chatas e cansativas), ainda que pedagogicamente programadas. O discente necessita, na verdade, interagir com a comunidade na qual está e estará sendo inserido, daí a vital importância de a universidade promover também, e com frequência, programas de extensão comunitária. De igual forma, o aluno deve ter a consciência



de que é efetivamente um agente transformador. E essa é a grande conquista que precisa ser perseguida por professores, estudantes e gestores universitários. Que deve ser perseguida por uma universidade moderna e comprometida com o seu papel social. Com a sua missão institucional.

As disciplinas eletivas, o dinamismo das estruturas curriculares e sua flexibilidade e a descoberta das necessidades emergentes da própria sociedade exigem que o período em que o aluno está matriculado em uma universidade seja, desde o início, produtivo e de crescimento. A universidade moderna não necessita de salas de aula com carteiras enfileiradas, de espaços físicos para laboratórios de informática. E talvez a frequência não seja também elemento tão preponderante. A universidade deve ser, antes de tudo, o espaço para que as pessoas possam, todas juntas, encontrar e saber as respostas para a construção do conhecimento que beneficia a humanidade, na visão global ou particular, na postura ética de organização das relações humanas, que deve ser o objetivo máximo de toda e qualquer sociedade.

O aproveitamento das novas tecnologias, a utilização de procedimentos modernos e o uso de técnicas não convencionais de participação e de controle fazem com que a universidade seja uma poderosa alavanca na transformação e no estabelecimento de novos paradigmas para a sociedade do século em que vivemos.

A universidade é o lugar por excelência da busca e da transmissão do saber universal. E, desde o começo da sua existência, tem como objetivos principais o desenvolvimento e a difusão desse mesmo saber. Desses objetivos, ela não pode, nem deve jamais se afastar. A missão da educação de nível superior é garantir o avanço e a propagação de conhecimento, incluindo a sua aplicação à tecnologia e ao trabalho e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas. É papel de uma instituição superior for-

talecer e consolidar os valores do homem, tornando-o cidadão. Cidadão efetivamente preocupado com o mundo em que vive, com as coisas relacionadas ao meio ambiente, com a solidariedade.

As universidades são, dessa forma, fundamentais para formar pessoas melhores e essenciais na preparação de futuros profissionais. E caso a universidade não atinja essa meta, ela não terá conseguido cumprir seu papel na formação e no pensamento nacional. Pior, aquele profissional que pretendeu formar resultará em um ser completamente desorientado em relação a si próprio e, ainda, totalmente despreparado para enfrentar os desafios da sociedade na qual está inserido.

Mais do que nunca, a formação do homem/cidadão é complexa (e dinâmica). As estruturas e procedimentos da universidade, consequentemente, devem propiciar o conhecimento e a prática do método científico aplicado à realidade em que vivemos, objeto primeiro da universidade, que não pode ser apenas um mero ensino de terceiro grau, depois dos estudos do Ensino Fundamental e Médio.

Diferentemente, a programação universitária precisa estar voltada para o preparo do homem e para o seu próprio desempenho, competente na função do trabalho. Para que, enfim, o homem seja forjado em um cidadão, a programação das universidades deve estruturar-se de modo a viabilizar o desempenho da própria universidade no conjunto de suas funções básicas e, também, possibilitar formas modernas e diversificadas para a transmissão do ensino-aprendizagem.

O profissional do futuro (ou do presente) precisa ser generalista. Estrutura curricular inflexível e professor vitalício não têm mais nada a ver com a realidade dos tempos presentes, com a globalização, com as redes sociais.

Educar, hoje, mais do que acumular habilidades e informações, é aprimorar a consciência, órgão do sentido, e preparar a pessoa para responder sobre seu destino e sobre o sentido da vida.

A distância entre os que pensam e decidem sobre a educação, sem por isso se qualificar como educadores, e os que a executam servilmente em práticas mecânicas relegou historicamente a um plano secundário as funções e, consequentemente, a formação do educador.

A universidade deve orientar os resultados de todas as suas ações para o planejamento e desenvolvimento do conhecimento que não sejam divorciados das reais necessidades e interesses da sociedade. Internamente, deve a universidade, por meio de seus dirigentes, criar mecanismos próprios que integrem seus professores a ter uma visão interdisciplinar dos problemas da realidade. Para desenvolver-se e projetar-se, cumprindo o seu papel político e social, a universidade precisa manter-se todo o tempo a serviço da sociedade como um dos fatores da vida intelectual e da evolução cultural.

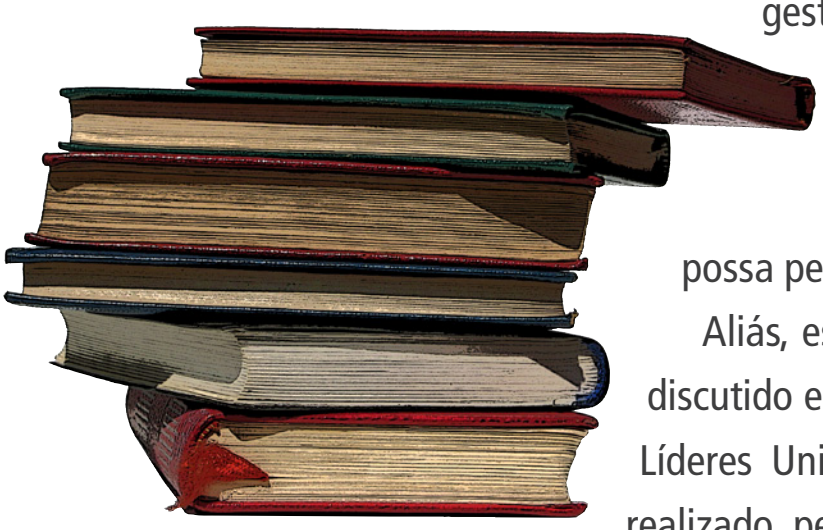
A universidade é uma instituição nova no Brasil e necessita estar inserida em um contexto cultural, político e social, além de apresentar modalidades de ações e de relações. É na universidade que se universaliza, se preconiza e se impulsiona a sociedade para o novo, para o mais justo, para uma organização mais integral. É o verdadeiro espaço da busca, do aperfeiçoamento e da renovação constante do conhecimento.

Para que todas essas ações sejam efetivamente possíveis, torna-se imprescindível que se criem canais concretos que articulem saberes e experiências. A autonomia universitária, prevista na legislação da Educação Nacional, depende da construção de uma identidade reconhecida pela sociedade que leve o Estado a promovê-la com a eficácia indispensável,

respeitando de forma permanente o seu papel social fundamental na formação dos quadros docentes do país.

Lembrando uma antiga ideia de um dos discursos da professora Esther Figueiredo Ferraz, primeira mulher a ser ministra de Estado no Brasil e na pasta da Educação: "a universidade tem um papel importante no cenário histórico de um país. É uma instituição que tem a capacidade de fazer a síntese histórica da sociedade e de provocar homens para que estes criem vontades ou energias para a organização social"[2].

A responsabilidade de se fazer uma universidade é um desafio permanente. Tal qual uma catedral, está sendo sempre construída. Daí a inequívoca necessidade de que os gestores universitários dominem o conhecimento acadêmico, descubram a melhor e mais adequada estrutura organizacional para suas instituições, saibam produzir um planejamento organizado e factível e possam, da mesma forma, implantar planos de desenvolvimento institucionais, objetivando a expansão universitária e, sobretudo, que tenham a consciência de que a universidade exerce um papel preponderante para o desenvolvimento de uma nação. A avaliação institucional, concebida na gestão do ministro Paulo Renato de Souza, é uma ferramenta importante para que a universidade possa percorrer sua trajetória.



Aliás, esse tema foi amplamente discutido em recente Seminário para Líderes Universitários das Américas, realizado pela Universidade de Har-

2 FERRAZ, Esther de Figueiredo. Folha de S. Paulo, São Paulo, Cotidiano, 6 mar. 2005.

vard, em Boston. A análise institucional é uma função da administração universitária que consiste em reunir, analisar e interpretar de forma clara, sistemática e continuada dados sobre o desempenho institucional para a tomada de decisões. A avaliação, desde que foi implantada no Brasil, passou a ser um marco ágil para testar a qualidade prestada dos serviços educacionais. O processo avaliativo é um instrumento capaz de ajudar na construção ou na reconstrução de uma universidade na medida em que diagnostica equívocos e acertos, evidencia fraquezas e fortalezas, apontando novos caminhos que certamente deverão levá-la ao crescimento e ao progresso institucional. Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, esse processo é antigo. E, talvez por essa razão, por causa da busca pela qualidade universitária, o país reúna um seleto grupo de universidades no ranking mundial, dentre elas Harvard, MIT, Berkeley, Yale e Stanford. Na realidade, o crescimento seguro de uma universidade está diretamente relacionado ao processo avaliativo que ela realiza, com seriedade, e em caráter permanente.

Vale lembrar, por oportuno, que Anísio Teixeira foi uma das mais fecundas fontes do pensamento progressista na educação brasileira e sobre o papel da universidade. Anísio definiu a Educação como direito de todos e dever do Estado: "dever democrático, dever constitucional, dever imprescritível" (1994).

Em diferentes momentos da sua obra, Teixeira sintetiza elementos de definição conceitual importantes para sua proposta de Universidade, por analogia à concepção a um só tempo revolucionária e pragmática da Escola Nova. Segundo o educador, "a universidade é a única instituição social capaz de promover a recriação contínua da cultura". Para ele, cultura significava "o conjunto de atividades realizadas pelo homem em sociedade. Esta

atribuição da universidade envolve uma tomada de partido, ao integrá-la na vida da sociedade, sem qualquer espécie de paternalismo, e ao exercitar um extenso e profundo olhar crítico sobre o mundo que a cerca. Isso inclui, necessariamente, a capacidade de olhar sobre si mesma, enquanto instituição que, ao dosar adequadamente permanência com contingência, permite corrigir, a cada tempo, o seu próprio rumo, evitando mesmo que venha a ser descartada, por obsoleta" (TEIXEIRA, 1994).

Assim, é preciso entender que não há desenvolvimento de um país sem uma universidade forte; que não há desenvolvimento sem educação; que educação é investimento e não custo; e que desenvolvimento deve ser feito com justiça social.

Neste século XXI, na Era do Conhecimento, cada vez mais as universidades e os indivíduos valerão pelo que fazem com e para a sociedade, com qualidade e eficiência, avaliada, atestada e acreditada pela própria sociedade organizada.



Referências bibliográficas

ROCHA, João Augusto (Org.). *Anísio em movimento*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Imagens: www.freeimages.com